



**MUNICÍPIO DE VINHAIS**

**CÂMARA MUNICIPAL**

**REUNIÃO ORDINÁRIA**

DATA: 2005/12/16

ACTA N.º 4-A/2005

Presenças:-----

- Américo Jaime Afonso Pereira, presidiu;-----
- Rui Manuel Bastos Malgrand Tavares do Amaral;-----
- Salvador dos Santos Marques;-----
- Roberto Carlos de Moraes Afonso;-----
- Manuel António Gonçalves;-----
- António Frias Vieira;-----
- Maria Inês Dias.-----

Local da reunião: Salão Nobre dos Paços do Município.-----

Hora de abertura: Dez horas e quinze minutos.-----

Hora de encerramento: Treze horas.-----

Secretariou: Horácio Manuel Nunes, chefe da Repartição Financeira.-----

1 – Período de antes da ordem do dia.-----

## ORDEM DO DIA

2 – Acta da reunião anterior.-----

3 – Execução de obras públicas.-----

4 – Assuntos deferidos no uso de competências delegadas.-----

5 – Resumo diário de tesouraria.-----

6 – Obras públicas:-----

6.1 – Abastecimento de água e saneamento a Quirás – trabalhos a mais.-----

7 – Obras particulares:-----

7.1 – Constituição de propriedade horizontal – Construções Tuela – Vinhais.-----

8 – Apoios:-----

8.1 – Junta de Freguesia de Fresulfe;-----

8.2 – Junta de Freguesia de Vilar de Ossos;-----

8.3 – Centro Social Paroquial de Ervedosa;-----

8.4 – ASCUDT – Associação Sócio-Cultural dos Deficientes de Trás-os-Montes – festa de Natal;-----

8.5 – GAT – Gabinete de Apoio Técnico da Terra Fria Transmontana – festa de Natal.

9 – Proposta do Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para o ano 2006.-----

10 – 20.<sup>a</sup> Alteração ao Orçamento da Despesa e 18.<sup>a</sup> Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos.-----

1 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.-----

Sem intervenções.-----



## **2 – ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR.**-----

A acta da reunião anterior, previamente distribuída aos Senhores Vereadores por fotocópia, depois de lida e antes da votação, foi solicitada a palavra pela Senhora Vereadora, Maria Inês Dias, que apresentou a seguinte intervenção escrita:-----

*“Relativamente aos trabalhos realizados pela Junta de Freguesia de Ervedosa com o pedido de transferência de uma verba da autarquia no valor de 112.267,46 € e considerando que:-----*

- 1 – Não foram presentes aos vereadores os documentos pertinentes ao processo de adjudicação, realização e pagamento das obras, bem como o seu teor;-----*
- 2 – A apresentação e análise desses documentos se revela essencial para apreciação e respectiva decisão sobre o seu pagamento.-----*
- 3 – Resulta do parecer do técnico que vistoriou a obra e fez o levantamento e auto dos trabalhos realizados que o montante autorizado pelo anterior executivo foi 24.400,00 €;-----*
- 4 – A diferença entre os trabalhos autorizados e realizados é avultada (87.867,46 €) o que obrigaria à realização de concursos suplementares, ou a novo processo de autorização por parte da autarquia.-----*

*Requer-se ao Sr. Presidente da Câmara:-----*

- 1 – Fotocópias de todos os documentos inerentes à autorização, adjudicação, execução e respectivo pagamento-----*
- 2 – Que assuntos desta monta sejam dados para ser analisados e estudados com antecedência-----*
- 3 – Após apreciação e estudo dos dossiers que na próxima reunião desta Câmara seja dado um espaço para discutir este assunto.-----*

Posteriormente e referindo-se ao ponto 8 da ordem do dia, ainda da reunião de 18 de Novembro, ditou para a acta o seguinte:-----

*“Apenas foi dito na reunião que era para por a concurso. Foi isto que deliberamos. A minuta e a constituição do júri não foram discutidas na deliberação, nem receberam os documentos pertinentes ao assunto em causa.”-----*

Usando da palavra o Senhor Presidente da Câmara ditou para a acta, a saber:-----

*“Notifique-se a Junta de Freguesia de Ervedosa, na pessoa do Senhor Presidente da Junta, nos termos do art.º 101.º, do Código do Procedimento Administrativo, para se pronunciar quanto aos pontos levantados no que diz respeito à matéria deliberada no ponto 1, dos assuntos não incluídos na ordem do dia, da reunião datada de dois do mês de Dezembro corrente.-----*

*Logo que nos seja presente a resposta, deve ser presente à reunião de Câmara.”-----*

Continuou dizendo que, quanto às alegadas discordâncias entre o que efectivamente se passou na reunião de Câmara e o que consta da acta, relativamente ao ponto 8 da ordem do dia, da acta da reunião de Câmara datada de 18 de Novembro último, determina ao Senhor funcionário que secretariou a reunião em causa, que esclareça por escrito, na próxima reunião de Câmara, se há ou não discordâncias, uma vez que o envio das convocatórias, documentos que as acompanham e o conteúdo das actas, é da sua responsabilidade.-----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente colocou à votação a acta em causa, tendo sido aprovado por maioria com cinco votos favoráveis, uma abstenção do Senhor Vereador António Frias Vieira e um contra da Senhora Vereadora Maria Inês Dias.-----

### **3 – EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS.-----**

Foi tomado conhecimento da situação das obras municipais em curso, quer por empreitada, quer por administração directa, cuja relação foi previamente enviada aos Senhores Vereadores, e que fica arquivada junto a esta acta.-----

### **4 – ASSUNTOS DEFERIDOS NO USO DE COMPETÊNCIAS DELEGADAS.-----**

Tomado conhecimento da relação dos assuntos deferidos no uso de competências delegadas, também previamente comunicada aos Senhores Vereadores, e que fica arquivada junto a esta acta.-----

### **5 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA-----**

Foi tomado conhecimento do resumo diário de tesouraria, datado de doze de Dezembro, do corrente ano, que acusa os seguintes saldos:-----

Em dotações Orçamentais.....€1.531.786,66;



Em dotações Não Orçamentais..... €467.065,70.

**6 – OBRAS PÚBLICAS:-----**

**6.1 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO A QUIRÁS – TRABALHOS A MAIS.-----**

Foi presente a informação n.º 49/VNH, de 06 de Dezembro de 2005, subscrita pela fiscalização da empreitada de Abastecimento de Água e Saneamento a Quirás, do teor seguinte:-----

*“Ontem estivemos no local onde decorrem os trabalhos da empreitada em epígrafe a proceder a ensaios e medições.-----*

*Posteriormente, já nas instalações do GAT elaboramos o Auto n.º 4, tendo detectado um erro nas medições de projecto referentes ao comprimento das condutas de distribuição de água nas secções de Ø63mm e Ø90mm.-----*

*Em face disso e recorrendo aos elementos de projecto (plantas e perfis longitudinais) construámos o quadro n.º 1, que apresentamos na folha seguinte.-----*

*Nela se verifica que existe um deficit na medição de projecto de 273.35m e de 694.10m respectivamente nas secções de Ø63mm e Ø90mm.-----*

*Tal como se pode ver no quadro n.º 2, o valor dos trabalhos a mais necessários para que se execute o projecto é de Euros:2.828,65 € (dois mil oitocentos e vinte e oito euros e sessenta e cinco cêntimos).-----*

**Quadro n.º 1**

Troço	Comprimento	
	Φ 63 mm	Φ 90 mm
2-3	50,00	
4-5		61,75
5-6	118,26	
5-7	75,00	
8-9	85,50	
10-11	35,00	
12-13		38,80
13-14	40,20	
15-32		406,04
15-32		600,60
16-26		132,16

17-29	64,36	
18-19	25,00	
20-21	20,00	
22-23	80,00	
25-31	64,43	
24-27		94,75
28-30	21,64	
25-31		
32-33	133,96	
<b>Total a executar</b>	<b>813,35</b>	<b>1334,10</b>
<b>Medição de projecto</b>	<b>540,00</b>	<b>640,00</b>
<b>Trabalho a mais</b>	<b>273,35</b>	<b>694,10</b>

**Quadro n.º 2**

<i>Designação dos trabalhos</i>	<i>Unid</i>	<i>Quantidades</i>	<i>Preços unitários</i>	<i>Importâncias</i>
<i>2.3 – Fornecimento e assentamento de tubagem em PVC, série com junta Ø 90mm classe 10, incluindo todos os acessórios, bem como os maciços de amarração.</i>	<i>m.</i>	<i>273,35</i>	<i>4,00€</i>	<i>1 093,40€</i>
<i>2.4 – Fornecimento e assentamento de tubagem em PVC, série com junta Ø 63mm classe 10, incluindo todos os acessórios, bem como os maciços de amarração.</i>	<i>m.</i>	<i>694,10</i>	<i>2,50€</i>	<i>1 735,25€</i>
				<b>2 828,65 €</b>

*Solicitamos que essa Ex.ma Câmara autorize a execução destes trabalhos a mais, a fim de se poder executar o projecto.-----*



*Lembramos que a demora da resolução deste assunto poderá implicar a paralisação temporária dos trabalhos desta empreitada.”-----*

Usou da palavra o Senhor Vereador António Frias Vieira, para opinar que se devia chamar a atenção dos técnicos que elaboram os projectos, para aquando da sua feitura, não serem demasiado rigorosos com as medições e preverem uma percentagem para salvaguardar situações futuras, análogas à agora presente.-----

Após discussão e ponderação do assunto em causa, foi deliberado por maioria, com a abstenção do Senhor Vereador António Frias Vieira, aprovar os trabalhos a mais, referentes à empreitada de “Abastecimento de Água e Saneamento a Quirás”, no valor de dois mil oitocentos e vinte e oito euros e sessenta e cinco cêntimos (€2.828,65).-----

O Senhor Vereador António Frias Vieira declarou que se abstinha pelos motivos apresentados.-----

## **7 – OBRAS PARTICULARES:-----**

### **7.1 – CONSTITUIÇÃO DE PROPRIEDADE HORIZONTAL – CONSTRUÇÕES TUELA – VINHAIS.-----**

Foi presente um requerimento subscrito pela empresa Construções Tuela – Sociedade de Construção Habitacional, Lda., com sede em Vilar de Peregrinos, que requer na qualidade de proprietário, certidão para constituição em regime de propriedade horizontal, do prédio urbano, sito no Bairro do Carvalhal, em Vinhais que confronta de Norte com Vítor Martins Afonso, Sul com Orlando dos Anjos Afonso, Nascente com Aníbal dos Anjos Pires e Poente com Estrada.-----

O pedido em causa vinha acompanhado de parecer subscrito pela chefe da Divisão de Urbanismo e Ambiente, arquitecta Susana Martins, do teor seguinte:-----

*“1 – O código Civil diz no artigo 1415º que “Só podem ser objecto de propriedade horizontal as fracções autónomas que, além de constituírem unidades independentes, sejam distintas e isoladas entre si, com saída própria para uma parte comum do prédio ou para a via pública.”;-----*

*2 – A proposta apresentada satisfaz este princípio;-----*

*3 – Assim não se vê inconveniente no deferimento do pedido apresentado.”-----*

Deliberado, por unanimidade, concordar com o parecer técnico e certificar que o edifício em causa satisfaz os requisitos necessários à constituição do regime de propriedade horizontal, previsto no art.º 1415 .º, do Código Civil.-----

**8 – APOIOS:-----**

**8.1 – JUNTA DE FREGUESIA DE FRESULFE;-----**

Solicitou por escrito, a Junta de Freguesia de Fresulfe, um apoio monetário para ajuda do pagamento das despesas inerentes ao museu existente na localidade de Dine, que diariamente é visitado por diversos turistas, uma vez que a Junta de Freguesia não dispõe de meios financeiros suficientes para tal.-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu, que integrado no núcleo museológico de Dine existe um edifício onde se encontra instalado o museu.-----

Existe um compromisso de uma vizinha, em manter a porta aberta, sempre que pessoas demonstrem vontade em o visitar. Por este trabalho, a Junta de Freguesia, entendeu compensar a referida Senhora, pelo que solicita este apoio.-----

Informou ainda que existe a intenção de colocar no edifício uma campainha, para facilitar o trabalho, da referida Senhora.-----

Solicitou a palavra o Senhor Vereador Manuel António Gonçalves para declarar que a gruta de Dine era um dos bens históricos que o Concelho possuía, pelo que ao local devia ser dado o mínimo da dignidade, preservando os acessos, ou mesmo, requalificar aquela zona, incluindo os fornos da cal.-----

Usando da palavra o Senhor Vereador Roberto Afonso esclareceu que o local se encontra devidamente limpo, apetrechado com bancos de granito e sinalizado através de painéis.-----

O acesso ao interior da gruta está interdito aos visitantes, não obstante, os técnicos municipais, se encontrarem a efectuar trabalhos interiores, para obstar a derrocadas. Os acessos encontram-se feitos e os fornos da cal recuperados.-----

O Senhor Vereador António Frias Vieira, questionou, se após a realização das obras, a gruta ficava aberta ao público, pelo que lhe foi respondido, não ter interesse para o público em geral, existia sim, para arqueólogos ou historiadores.-----

O Senhor Vereador Manuel António Gonçalves declarou que existe material que foi ali encontrado, em Bragança e outro tinha desaparecido.-----





O Senhor Vereador Roberto Afonso, informou este Senhor Vereador que existem réplicas de todo o material ali encontrado, embora os originais não pertençam aos locais em que são encontrados.-----

Após discussão e ponderação deste assunto, foi deliberado, por unanimidade, nos termos da alínea b), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, transferir o montante de mil euros (€1.000,00), para a Junta de Freguesia de Fresulfe.-----

### **8.2 – JUNTA DE FREGUESIA DE VILAR DE OSSOS;-----**

Foi presente uma carta da Junta de Freguesia de Vilar de Ossos, do teor seguinte:-----

*“Durante a anterior gerência levou a Junta de Freguesia obras de beneficiação na igreja de Zido, tendo efectuado despesas no valor de € 6.214.-----*

*Acontece que esta despesa não foi paga tendo este débito passado para a nossa posse.-----*

*Como não possuímos verba para este efeito, venho encarecidamente junto de V.ª Ex.ª solicitar que nos seja transferida esta verba para nós procedermos aos respectivos pagamentos.”-----*

O Senhor Presidente informou que este processo é semelhante ao já discutido de Ervedosa, pelo que propõe que a verba em causa seja transferida, tanto mais, que é do seu conhecimento que a obra está feita.-----

A Senhora Vereadora Maria Inês Dias, questionou se não existem documentos na Câmara Municipal a autorizarem a realização destas obras, se não existem, trabalharam mal.-----

Após discussão e ponderação deste assunto, foi deliberado, por unanimidade, nos termos da alínea b), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, transferir para a Junta de Freguesia de Vilar de Ossos, o montante de seis mil duzentos e catorze euros (€6.214,00).-----

### **8.3 – CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE ERVEDOSA;-----**

Foi presente um fax, do Centro Social e Paroquial de Ervedosa, onde solicita um apoio financeiro do montante de setenta e cinco mil euros (€75.000,00), para ajuda do pagamento

total da obra do Centro de Noite, uma vez que existia esse compromisso do anterior executivo.-----

Usou da palavra a Senhora Vereadora Maria Inês Dias, para questionar se existia o compromisso do anterior executivo e em caso afirmativo onde estava. Se a Câmara tinha dados concretos sobre o andamento da obra. Já existia um Centro Social em Agrochão e o porquê da existência de outro em Ervedosa, para por lá quem?-----

O Senhor Vereador António Frias Vieira, declarou que faltava um planeamento estratégico do que se pretende para o concelho, elaborado com a opinião de toda a gente, para não existirem conflitos entre freguesias. Todos deviam ter os mesmos direitos.-----

A Câmara necessita de um planeamento estratégico para que amanhã não se venha dizer que a obra levada a efeito hoje, não tivesse sido a melhor solução, para que não se tomem decisões que amanhã não nos pareçam as melhores.-----

O Senhor Vereador Manuel António Gonçalves declarou que era bom que se apoiasse os idosos, todos os apoios eram poucos, mas tinha que haver critérios e estabelecer prioridades. Havia locais com Centros de Dia e Centros de Noite enquanto outras freguesias não tinham nada, uns tinham luxos e outros nem pão para a boca, como era o caso das freguesias de Tuizelo e Santalha.-----

Tuizelo inclusivamente já tem equipamento de cozinha. Vale das Fontes também já tem projecto e não é megalómano. Solicitava que o Senhor Presidente da Câmara fosse Presidente de todos os Vinhaenses. Havia outros projectos, como o caso da Moimenta, Quirás, Rebordelo e outros. Era necessário constituir comissões fabriqueiras. Uns têm tudo e outros não têm nada.-----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para referir que quanto a ser Presidente de todos os Vinhaenses, O Senhor Vereador não se devia preocupar com isso. Não era sua intenção discriminar ninguém. Quanto ao planeamento estratégico, tinham um programa eleitoral e era esse que ia ser seguido. Não podiam construir um Centro de Dia em cada freguesia, como foi prometido por outros. Iriam colaborar com a Segurança Social, pois a sua candidatura obedece a programas próprios.-----

Quanto aos projectos inumerados, referiu que não tinha conhecimento que estivessem aprovados.-----



Relativamente a Vale das Fontes o assunto está a ser tratado, e todas as obras iriam ser apoiadas, pelo que o reparo efectuado pelo Senhor Vereador Manuel Gonçalves era inoportuno.-----

O Senhor Vereador António Frias Vieira questionou se o executivo anterior tinha assumido a responsabilidade de participar esta obra e só ter transferido a importância de trinta e nove mil cento e seis euros e setenta e nove cêntimos (€39.106,79), qual a razão porque não transferiu a totalidade, seria por falta de dinheiro?-----

Após discussão e ponderação deste assunto, foi deliberado, por unanimidade, nos termos da alínea b), do n.º 4, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conceder um apoio financeiro no montante de setenta e cinco mil euros (€75.000,00), ao Centro Social Paroquial de Ervedosa, a transferir conforme as disponibilidades de Tesouraria.-----

Mais foi deliberado, por unanimidade, que este seria o último apoio a conceder para este Centro de Noite.-----

#### **8.4 – ASCUDT – ASSOCIAÇÃO SÓCIO-CULTURAL DOS DEFICIENTES DE TRÁS-OS-MONTES – FESTA DE NATAL;-----**

Foi presente o ofício n.º 932, de 29 de Novembro de 2005, da ASCUDT – Associação Sócio-Cultural dos deficientes de Trás-os-Montes, onde solicita um apoio financeiro para participação das despesas inerentes à festa de Natal.-----

Deliberado, por unanimidade, nos termos da alínea b), do n.º 4, do art.º 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conceder um apoio monetário no valor de duzentos e cinquenta euros (€250,00).---

#### **8.5 – GAT – GABINETE DE APOIO TÉCNICO DA TERRA FRIA TRANSMONTANA – FESTA DE NATAL.-----**

Foi presente um ofício circular emanado do Gabinete de Apoio Técnico da Terra Fria

Transmontana, onde solicita, como já tem sido hábito em anos anteriores, um apoio monetário para realização da festa de natal dos funcionários e seus descendentes.-----

Considerando que os funcionários do Gabinete de Apoio Técnico da Terra Fria Transmontana, também prestam serviço, uns directamente, outros indirectamente, para o Município de Vinhais, foi deliberado, por unanimidade e em minuta, conceder um apoio monetário no valor de cento e vinte e cinco euros (€125,00).-----

## **9 – PROPOSTA DO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O ANO 2006.**-----

Pelo Senhor Presidente foi presente a proposta do Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos, para o ano de 2006.-----

Solicitou a palavra o Senhor Vereador Manuel António Gonçalves para questionar o Senhor Presidente quanto aos seguintes assuntos:-----

No ponto 1.1.3 consta a aquisição de duas viaturas, uma de nove lugares e outra normal, gostava que lhe fosse explicado qual o fim a que se destinam;-----

Ensino superior dotado com 112.500,00 € a que se destina;-----

De imediato foi explicado a este Senhor Vereador que a designação do objectivo é Ensino Não Superior, como se podia comprovar pela inscrição no Plano Plurianual de Investimentos. Por lapso, a parte escrita que antecede o Plano Plurianual de Investimentos é que menciona Ensino Superior.-----

Nos Serviços de Saúde, gostava que lhe fosse explicado, se já existe protocolo, pois a verba inscrita parece uma gota de água, qual a situação, ou se é apenas para o projecto;-----

Na habitação – engloba a recuperação de moradias, quais?-----

Casas florestais – qual a intenção, quais e quantas são para adquirir?-----

Habitação social – quanto vai ser gasto?-----

Ordenamento do território – como se encontra, qual o ponto da situação, o que se prevê fazer, se é para acabar em 2006;-----

Abastecimento de água – colocação de contadores em todas as povoações, ia ser um peso para as pessoas;-----

Higiene Pública – beneficiação de lavadouros – onde?-----



Construção de um parque verde de desporto e lazer – gostava de saber onde ia ser construído?-----

Na Cultura – prevê-se a construção da casa da música, onde ia ser construída?-----

Na Agricultura – construção de reservatórios, onde?-----

Caça – existem muitas zonas de caça municipal, no concelho, iam ser todas apoiadas?-----

Iluminação Pública – onde? Quais os critérios a utilizar?-----

Turismo – quais as igrejas que iriam ser apoiadas?-----

Usou da palavra o Senhor Vereador António Frias Vieira para questionar o Senhor Presidente relativamente aos arruamentos em Curopos, uma vez que da indicação da Beneficiação da E.M. 514 entre Curopos e Vale de Janeiro, nada consta.-----

Seguidamente o Senhor Presidente informou que embora os instrumentos financeiros em discussão, sejam previsíveis, tinha havido cuidado na sua elaboração. Encontravam-se inscritos alguns projectos com verbas diminutas, mas era para salvaguardar a sua eventual candidatura a fundos comunitários.-----

Relativamente às questões levantadas pelo Senhor Vereador Manuel António Gonçalves, esclareceu que:-----

A aquisição de viaturas encontra-se apenas dotada com 55.000,00 euros e não 80.000,00 euros, conforme tinha sido afirmado, a de nove lugares destina-se ao transporte de pessoal e a outra aos serviços dos Órgãos da Autarquia.-----

No objectivo saúde, relativamente à unidade móvel, informou que existia um documento escrito, mas não se encontrava assinado. Nesta data, esse protocolo já se encontrava devidamente elaborado, assinado e candidatado.-----

Quanto à unidade de cuidados continuados, aguarda-se publicação de legislação, durante o mês de Janeiro, que regula a instalação do número de quartos a instalar, com base nos rácios populacionais, para elaboração do protocolo e posterior candidatura.-----

A verba inscrita, para já, destina-se ao pagamento do projecto.-----

Relativamente à beneficiação de moradias, esclareceu que o município é proprietário de diversas habitações, umas no Bairro do Calvário e outras no Bairro da Ucha, pelo que a verba inscrita destina-se à sua beneficiação. Ainda no objectivo da habitação explicou que também se encontram inscritas verbas para o apoio à habitação social, que são reguladas por regulamento próprio.-----

No tocante às casas florestais, explicou que são propriedade do estado, as quais vão ser alienadas progressivamente, e é intenção adquirir a de Montouto para apoio à vigilância contra incêndios, podendo ainda ser destinada a turismo de habitação.-----

No Planeamento Urbanístico, as verbas destinam-se à revisão do Plano Director Municipal, REN e RAN, uma vez que estes trabalhos não podem ser efectuados pelos técnicos municipais, já que se encontram a desenvolver outros trabalhos.-----

Quanto à colocação de contadores de água, a sua aplicação é inevitável uma vez que a empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro vai começar a vender água ao Município. Ia ser um trabalho faseado, prevendo-se o início para a zona de Lomba e a parte sul do concelho, onde a empresa vai iniciar os débitos, da mesma. Tinham sido ouvidos os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, os quais concordaram, tanto mais, que é um anseio das populações, pois vão salvaguardar os consumos exagerados, no período de verão.-----

Relativamente à higiene pública, reparação de lavadouros é uma rubrica genérica para reparação dos existentes nas freguesias.-----

Referindo-se ao parque de lazer informou que a sua localização é nos terrenos a sul do edifício dos Paços do Município, confinado com o estádio municipal e o cemitério. Incluía o parque de estacionamento anexo ao edifício, mais a construção de um gimnodesportivo.--

No tocante à construção de museus, referiu que pretendiam construir três, um na zona de Lomba, ainda não estava definida a freguesia para a sua instalação, o da raia seria instalado na freguesia de Moimenta e o das terras de Vinhais é para instalar na sede do Concelho.-----

Relativamente à construção da casa da música, usou da palavra o Senhor Vereador Roberto Afonso para esclarecer que a sua instalação é pretendida no edifício que é propriedade do município, onde funcionou a antiga cadeia, a qual ainda se encontra ocupada, pela viúva de um ex-funcionário do município.-----

Solicitou a palavra o Senhor Vereador António Frias Vieira, para declarar que em sua opinião o edifício é bastante pequeno para o efeito, uma vez que na fase de aprendizagem tornam-se necessárias diversas salas. Existia no local outro edifício, ao qual deve ser dado um destino condigno, pelo que em sua opinião seria mais adequado.-----

Quanto à construção dos reservatórios questionados, destinam-se ao armazenamento de água para combate a incêndios, um em Vilar de Peregrinos e outro em Ousilhão.-----



No âmbito de Caça e Pesca, usou da palavra o Senhor Vereador Salvador dos Santos Marques para informar que na zona de caça municipal, gerida pelos serviços do município, se pretendia criar uma zona para repovoamento, tanto do coelho como da perdiz. Pretendia-se ainda construir um campo de tiro, onde também fosse possível praticar tiro com carabina.-----

No tocante à pesca foi apresentado um projecto para reserva do Rio de Trutas, para pesca desportiva, passando pela limpeza das bermas do rio e da recuperação das presas existentes ao longo do seu curso.-----

O Senhor Vereador Manuel António Gonçalves, declarou ser uma ideia óptima, desde que seja generalizada e extensiva às outras associativas do Concelho.-----

Usando novamente da palavra o Senhor Presidente da Câmara e referindo-se à remodelação da rede eléctrica, informou ser uma rubrica genérica à qual serve de base a todos os prolongamentos de ramais, bem como à substituição de outros, como ia ser o caso de Rebordelo, Espinhoso, Vinhais entre outros, cujas linhas passariam a ser subterrâneas e onde seriam instalados candeeiros.-----

Quanto à rubrica orçamental para reparação e beneficiação de igrejas, informou ser genérica e destinava-se a apoiar todas as existentes no Concelho, como já vinha sendo hábito.-----

Referindo-se ainda à estrada de Curopos a Vale de Janeiro, informou que se encontrava em fase de adjudicação e que o ramal principal já se encontrava incluído na empreitada, sem prejuízo de poderem ser efectuados trabalhos a mais.-----

Usou da palavra o Senhor Vereador Manuel António Gonçalves para informar que no próximo ano ia ser reestruturada a rede escolar, e o plano não previa novas construções nem continha informação acerca das escolas que iriam fechar.-----

O Senhor Vereador Roberto Afonso esclareceu que está a ser elaborada a carta educativa, dependendo da orientação da DREN.-----

Em complemento desta informação o Senhor Presidente informou que tinha sido proposto, verbalmente, à DREN que enviasse uma proposta, a qual ainda não tinha sido recebida.-----

Não havendo mais pedidos de esclarecimento o Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos foi posto a votação, tendo sido deliberado, por maioria e em minuta, com seis votos a favor e um contra do Senhor Vereador Manuel António Gonçalves, aprovar o

Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2006, e submetê-lo à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

Seguidamente este Senhor Vereador ditou para a acta o seguinte:-----

“Votava contra por não apoiar os idosos e os jovens. Em relação aos jovens era omissivo, não previa qualquer iniciativa nesse sentido.-----

Não previa nem contemplava qualquer iniciativa de postos de trabalho para os jovens. Os jovens eram esquecidos e os idosos também. Via muitas obras de fachada, mas isso era um mal nacional.-----

O Senhor Presidente estava preocupado em apresentar obras públicas, em vez de tentar resolver os problemas.-----

Era muito vago. Havia coisas abstractas. Estávamos num período de contenção, de crise, e não via no orçamento diminuição de despesas, antes pelo contrário, propunha-se fazer mais investimentos, como é o caso da equipa que constituiu. O Senhor Presidente demonstrava que não está interessado em diminuir as despesas.-----

Tinha-se esquecido da estrada de Tuizelo a Revelhe que já tem muito movimento e do Centro de Dia de Tuizelo, por isso votava contra”.-----

Usou então da palavra o Senhor Presidente da Câmara para declarar que:-----

“ 1 – Pelas explicações dadas, ficava provado que o Plano Plurianual de Investimentos era realista e o Orçamento sustentável. Nele estavam consagrados os investimentos que se pretendiam realizar nos próximos anos, tendo em atenção os critérios de poupança devidos à conjuntura económica nacional e internacional, mas também às necessidades mais prementes, e por isso como Presidente da Autarquia, congratulava-se com a sua aprovação.- Com o devido respeito rejeitava por completo o conteúdo da declaração de voto apresentada pelo Senhor Vereador Manuel António Gonçalves, já que revelava dois aspectos que em nada favorecem a sua condição de decisor político.-----

Era uma declaração de voto contraditória, porquanto e por um lado alegava que no Plano Plurianual de Investimentos deviam ser considerados investimentos e não estavam, o que significava mais despesa, e por outro alegava que estavam a ter despesa a mais.-----





2 – Revela também a declaração, algum desconhecimento do que de facto foi proposto:-----

- a) Quanto à formação profissional, resultava a aprovação de três cursos para o próximo ano;-----
- b) Quanto ao cartão jovem municipal, já se encontrava em elaboração o regulamento que em breve seria presente à reunião do executivo;-----
- c) Estava consagrado no Plano Plurianual de Investimentos e no Orçamento as rubricas que iriam permitir a abertura de novas ruas, sendo que em algumas delas iriam existir terrenos destinados à aquisição, por parte dos jovens, a preços controlados.-----

O programa eleitoral que tinham proposto aos eleitores e que agora era o programa de acção, sem prejuízo de se encontrarem abertos à contribuição de todos os Senhores Vereadores, das Juntas de Freguesia e da Assembleia Municipal, era um programa para ser executado dentro dos quatro anos, sendo certo que o presente Plano Plurianual de Investimentos reflectia essas propostas do dito programa.”-----

Usou da palavra o Senhor Vereador Manuel António Gonçalves, para declarar que os terrenos disponibilizados a preços sociais e a criação de cursos profissionais eram intenções do Senhor Presidente, não estavam previstas em lado nenhum, apenas na cabeça do Senhor Presidente.-----

Tinham votado coisas concretas, pelo que deviam ser sérios.-----

O Senhor Presidente contrapôs dizendo que a abertura de novas ruas iriam permitir a aquisição de terrenos, por parte dos jovens, a preços controlados e não a preços sociais, e quanto à seriedade, a do Senhor Vereador nunca seria superior à dele, pelo que solicitava que nunca mais o pusesse em questão.-----

Por fim o Senhor Presidente formulou votos de boas festas e de bom ano de dois mil e seis, a todos os presentes.-----

## **10 - 20.<sup>a</sup> ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA E 18.<sup>a</sup> ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS.-----**

Deliberado, por unanimidade e em minuta, aprovar a 20.<sup>a</sup> alteração ao orçamento da despesa, no montante de cento e noventa e dois mil seiscentos e oitenta e dois euros

(€ 192.682,00 ) e a 18.<sup>a</sup> alteração ao Plano Plurianual de Investimentos, no montante de cento e trinta e oito mil trezentos e oitenta e seis euros (€138.386,00).-----

E eu, \_\_\_\_\_ chefe da Repartição Financeira, a redigi e  
assino.-----

---

---

---

---

---

---

---

---